

# CFESS Manifesta

Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária  
Dia Internacional das Lutas Camponesas

Brasília, 17 de abril de 2011

Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta

**CFESS**  
CONSELHO FEDERAL  
DE SERVIÇO SOCIAL

[www.cfess.org.br](http://www.cfess.org.br)



PELO  
DIREITO  
À TERRA  
PARA TODOS e TODAS

**e**m tempos de barbárie alimentada pela sociabilidade do capital, o CFESS vem a público, neste 17 de abril - Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas - manifestar seu compromisso ético-político com trabalhadores/as do campo, que lutam pelo direito à terra, pela soberania alimentar e pela liberdade. Trata-se de um dia especial para os movimentos sociais e organizações nacionais e internacionais que reivindicam esse direito e se organizam em vários lugares do mundo para celebrar a continuidade da luta mundial pela reforma agrária. Nesta data, definida durante a 2ª Conferência Internacional da Via Campesina em Tlaxcala, no México, recorda-se também dos/as trabalhadores/as brasileiros/as sem-terra que foram covardemente assassinados/as em 1996, em Eldorado dos Carajás, por forças

policiais do Pará, sob ordem do então governador Almir Gabriel. Defender direitos e lutar pela socialização da participação política, na construção de uma nova ordem societária; eis o sentido de nos colocarmos juntos aos movimentos sociais.

Falar da luta pela reforma agrária no Brasil remete a questões que dizem respeito a mudanças sociais e econômicas profundas, envolvendo a sociedade civil e o Estado, porque discutir sobre o direito à terra coloca em debate o modelo de desenvolvimento brasileiro e suas múltiplas faces. A acentuada desigualdade brasileira, legado de uma longa história de injustiça e opressão no Brasil, tem suas raízes em uma estrutura fundiária que desafia a realização da reforma agrária no país.

O Brasil assume hoje uma liderança mundial, cujos números e informações ignoram a disparidade social e a desigual-





as manifestações  
PÚBLICAS DO MST,  
POLITIZADAS e  
autônomas, pela  
reforma agrária,  
sob as experiências  
das lutas pelo  
direito à cidadania  
no campo, têm  
seu horizonte  
mais amplo no  
enfrentamento  
às políticas  
neoliberais, à  
desumanização  
do capital, à  
territorialização  
capitalista, à  
desigualdade  
social, na defesa  
da distribuição  
do poder social e  
da redistribuição  
da riqueza  
socialmente  
produzida.

► **dade econômica:** é o quinto maior país do mundo e a nona maior economia, que, todavia, tem 10% de sua população mais rica detendo 46% da renda nacional, convivendo cotidianamente com 53% da sua população mais pobre, que possui 13% da renda. São cinco mil famílias mais ricas que possuem 40% do produto interno bruto brasileiro. Se a concentração de riqueza tem esses patamares, a concentração de terra é ainda mais brutal: 1% dos proprietários rurais controla 45% das terras cultiváveis, ao lado de 37% dos proprietários rurais que possuem 1% dessas terras. O Brasil é um dos principais exportadores de café, açúcar, laranja, soja, carne bovina e tabaco. Mas sua população rural pobre, muitas vezes, não tem sequer acesso às necessidades sociais básicas e enfrenta, cotidianamente, as mais diferentes formas de violência.

Conforme dados de 2007 da Comissão Pastoral da Terra, de 1985 a 2006 foram mortos 1465 trabalhadores/as e ativistas da reforma agrária em diversos conflitos rurais, dos quais somente 8% chegaram aos tribunais. Além disso, a desigualdade está também na forma como essa violência se apresenta, com muito mais intensidade nas regiões norte e nordeste do Brasil.

A estrutura fundiária brasileira, cujas origens no período colonial se sustentaram na escravidão e na grande propriedade, ainda apresenta, nos dias atuais, ranços de uma sociedade latifundiária e de um Estado patrimonialista que alimentam suas políticas no favorecimento e no privilégio de alguns, tornando recorrente, entre os pobres brasileiros, a ausência e a violação dos direitos humanos. Aqueles que defendem a permanência das grandes propriedades, o fazem em detrimento dos trabalhadores do campo, os quais denominam de “malandros”, que se tornam “perigosos” quando participam das mobilizações dos movimentos sociais pela reforma agrária. Mobilizações e lutas que são silenciadas por setores da sociedade brasileira que detêm o domínio dos instrumentos coercitivos e dos meios de comunicação, os quais, seduzidos pelo capital, dificultam e deturpam posicionamentos dos movimentos sociais e não se eximem de defender os lucros imensos do capital financeiro.

A história nos mostra que a luta pela reforma agrária no Brasil tem sua presença estabelecida, principalmente no nordeste brasileiro, desde a década de 1950. No Brasil, a luta pela terra se fez (e se faz) presente entre os quilombolas, os posseiros, parceiros e arrendatários, no cangaço, nas ligas camponesas e

nos movimentos messiânicos. São mobilizações diversas que, todavia, têm suas demandas frustradas, na década de 1960, quando o golpe militar de 1964 impede a viabilização do primeiro decreto nacional da reforma agrária, promulgado pelo governo João Goulart, e inicia uma política de fortalecimento e modernização da elite agrária brasileira.

No Brasil, a reforma agrária é um preceito constitucional, regulamentado pela Lei Federal 8.629 de 25/2/1993. Ainda que se possam identificar, nessas últimas décadas do século XX e início do século XXI, respostas governamentais parciais às lutas pelo direito à terra, a afirmação da reforma agrária e a qualificação da função social da propriedade pela Constituição Federal de 1988 não tem conseguido alimentar vitórias significativas com relação à estrutura fundiária brasileira, na sua configuração conservadora e nos seus objetivos de neutralização dos conflitos locais. Está em curso um deslocamento ideológico da reforma agrária, alimentado pelo Banco Mundial, que defende a recriação do campesinato pela compra e venda de terras, no estímulo à titulação segura. O que reforça a atualidade e o caráter político das lutas dos movimentos sociais pelo direito à terra.

As manifestações públicas do Movimento Sem-Terra, politizadas e autônomas, pela reforma agrária, sob as experiências das lutas pelo direito à cidadania no campo, têm seu horizonte mais amplo no enfrentamento às políticas neoliberais, à desumanização do capital, à territorialização capitalista, à desigualdade social, na defesa da distribuição do poder social e da redistribuição da riqueza socialmente produzida. Mesmo porque o direito à terra supõe o direito à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, ao lazer, etc.

É nesse cenário que a luta pela terra se articula à luta pela emancipação humana, processo longo e contraditório, em cujo horizonte está a negação da sociabilidade do capital e o controle do destino humano, em que um dos grandes entraves tem sido a construção política da desigualdade agrária no país.

Nesse 17 de abril, o Conselho Federal de Serviço Social reitera seus compromissos éticos, políticos e sociais e se une às trabalhadoras e aos trabalhadores do campo, na luta em defesa do direito à terra, ao alimento e à liberdade.

1 - Ideias desenvolvidas no texto a partir de CARTER, Miguel (org.) *Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil*. Tradução de Cristina Yamagami. São Paulo: UNESP, 2010

## Gestão Atitude Crítica para Avançar na Luta (2008-2011)

**PRESIDENTE** Ivanete Salette Boschetti (DF)  
**VICE-PRESIDENTE** Sâmbara Paula Ribeiro (CE)  
**1ª SEC.** Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (SP)  
**2ª SECRETÁRIA** Neile d'Oran Pinheiro (AM)  
**1ª TESOUREIRA** Rosa Helena Stein (DF)  
**2ª TESOUREIRA** Telma Ferraz da Silva (BA)

**CONSELHO FISCAL**  
Silvana Mara de Moraes dos Santos (RN)  
Pedro Alves Fernandes (MG)  
Edval Bernardino Campos (PA)

**SUPLENTES**  
Rodriane de Oliveira Souza (RJ)  
Kênia Augusta Figueiredo (MG)  
Maria Bernadette de Moraes Medeiros (RS)

**Observação:** Desde o dia 14 de janeiro de 2011, estão desincompatibilizadas/os da diretoria, em decorrência do processo eleitoral do Conjunto CFESS-CRESS: *Erivã Garcia Velasco (MT); Kátia Regina Madeira (SC); Marinete Cordeiro Moreira (RJ); Marcelo Sitcovsky Santos Pereira (PB); Maria Elisa dos Santos Braga (SP); e Marylúcia Mesquita (CE).*

**CFESS MANIFESTA**  
**Dia Nacional da Luta pela Reforma Agrária e Dia Internacional das Lutas Camponesas**  
**Conteúdo:** Tânia Maria Ramos de Godoi Diniz (aprovado pela diretoria)  
**Assessoria de comunicação:**  
Rafael Werkema - JP/MG 11732  
Diogo Adjuto - JP/DF 7823  
comunicacao@cfess.org.br  
**Revisão:** Diogo Adjuto  
**Design e ilustrações:** Rafael Werkema



SCS Quadra 2, Bloco C,  
Edf. Serra Dourada,  
Salas 312-318  
CEP: 70300-902  
Brasília - DF  
Fone: (61) 3223.1652  
Fax: (61) 3223.2420  
cfess@cfess.org.br